Temporalidades

Entre o Arkheîon e seus Arcontes: reflexões sobre o arquivo de uma Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Between the *Arkheîon* and their *Archons*: reflections about the Pro-Rector People Management Archive

Luiz Antonio Sabeh

Doutor em História
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)
luiz.sabeh@unifal-mg.edu.br

Alex Trindade Barbosa

Mestre em Gestão Pública e Sociedade
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)
alex.trindade@unifal-mg.edu.br

Karen Alexandra de Santana

Graduanda em História
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)
karensantana377@icloud.com

Frederico Boff Bonassa

Licenciado em História
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)
fred.bonassa@gmail.com

Recebido: 21/11/2023

Aprovado: 10/01/2024

Resumo: Este artigo problematiza as práticas arquivísticas dos Estados Nacionais modernos a partir de uma reflexão teórica inicial possibilitada pela atuação prática de estagiários de graduação do curso de História-Licenciatura na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Alfenas, MG (UNIFAL-MG). Apresentamos, primeiramente, uma discussão sobre os arquivos modernos, considerando as contribuições recentes dos campos do arquivismo, da história, da antropologia e da

filosofia para uma análise biográfica e etnográfica dos arquivos. Em seguida, apresentamos elementos relacionados à trajetória normativa que conduziu a uma prática específica de digitalização de documentos na UNIFAL-MG. Por fim, apresentamos os relatos de campo dos estagiários que nos permitiram associar nossa interpretação dessas práticas às reflexões teóricas propostas no início do artigo.

Palavras-chave: Arquivos modernos; biografia dos arquivos; etnografia dos arquivos.

Abstract: This paper discusses the archival practices of modern nation states based on an initial theoretical reflection made possible by the practical performance of undergraduate interns from the History course at the Pro-Rector's Office of People Management of the Federal University of Alfenas, MG (UNIFAL-MG). We first present a discussion on modern archives, considering recent contributions from the fields of archivism, history, anthropology, and philosophy for biographical and ethnographical analysis of the archives. Then we present elements related to the normative trajectory that led to a specific document scanning practice at UNIFAL-MG. Finally, we present the field reports of the interns who allowed us to associate our interpretation of these practices with the theoretical reflections proposed at the beginning of this paper.

Keywords: Modern archives; biography of the archives; ethnography of the archives.

Introdução

Desde 2016, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progepe) da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) tem empregado estagiários(as) do curso de História para uma atividade de digitalização de documentos relacionados aos assentamentos funcionais da instituição. Isso foi percebido como uma ótima oportunidade para a formação desses(as) estudantes. Para tanto, constituiu-se um grupo de discussão voltado para a reflexão sobre os arquivos em geral a partir das experiências desenvolvidas nesse estágio, equipe essa formada por dois professores do curso de história, um arquivista e pelos(as) estagiários(as).

Se, a princípio, a expectativa dos supervisores do estágio estava voltada para os aspectos técnicos e práticos da atividade arquivística, logo as reuniões do grupo de discussão revelaram problemas muito mais complexos. Os(as) estagiários(as) relataram uma experiência bastante tensa, relacionada a pressões hierárquicas e mesmo a comportamentos sexistas que permeavam o ambiente de trabalho ao qual foram confiados(as). Essa situação cobrou, em um primeiro momento, a

intervenção dos supervisores do estágio junto à administração da Progepe, pois era necessário denunciar a naturalização desse tipo de prática discriminatória, em especial em um espaço que deveria servir de modelo para as relações interpessoais entre os servidores de toda a instituição. Desde então, os(as) gestores(as) desse órgão se comprometeram a observar com mais cuidado esse tipo de comportamento entre seus(suas) servidores(as), e essa conversa se mostrou uma importante atitude de caráter pedagógico, pois nem sempre os(as) gestores(as) conseguem perceber a feição ofensiva de condutas tomadas como meras formas de "descontração" pela cultura burocrática de nossa administração pública.

Por outro lado, essa situação remete a uma discussão teórica sobre os arquivos que perpassa os domínios da arquivologia, da história, das ciências sociais e da filosofia. Tudo isso aponta para uma necessária reflexão sobre as relações entre arquivos e sociedade, mostrando de maneira evidente em que medida o trabalho técnico de um arquivo pode estar permeado por complexos agenciamentos e relações de poder. Isso levou o nosso grupo a pensar nos próprios fundamentos dos arquivos modernos, isto é, na sua constituição enquanto um dispositivo de seleção e ordenação de documentos escritos para o disciplinamento eficiente de corpos e do próprio tempo.

Algumas reflexões têm chamado a atenção para o papel estratégico de uma política de arquivos para a realização das atividades precípuas das instituições universitárias. Heloísa Bellotto, por exemplo, trata os arquivos universitários como fundamentais para a legitimação da autonomia das instituições de ensino superior em função de sua função comprobatória, além de serem essenciais para a otimização de suas atividades-fim, a saber, o ensino, a pesquisa e a extensão (BELLOTTO, 1989). Paulo Knauss chama a atenção para o relevante papel social e cultural de políticas arquivísticas universitárias que se desdobram em centros de documentação, mostrando diversos exemplos brasileiros em que os arquivos funcionam como ponte entre o trabalho acadêmico e a construção de uma sociedade mais democrática, criando, dessa forma, espaços de inovação acadêmica, de transparência e de garantia de direitos coletivos à informação (KNAUSS, 2009). Essa discussão está diretamente atrelada, por sua vez, aos direitos individuais e coletivos à informação e à privacidade que caracterizam as relações entre cidadã(o)s e Estado moderno, algo muito tardiamente disciplinado pela legislação brasileira por meio do Artigo 216, § 2º, e pela Lei 8.159/1991 (LEITE, 1998).

Por outro lado, outras reflexões têm chamado a atenção para os problemas em se considerar os arquivos como meros instrumentos para a garantia de direitos atrelados à informação. Por muito tempo, os arquivos foram tomados como fontes para o acesso objetivo a informações ou ao próprio passado, mas o aumento exponencial de registros atrelados à ação do Estado, a crescente necessidade de seleção e descarte e as implicações epistemológicas trazidas pelos documentos digitais transformaram profundamente a teoria arquivística (COOK, 2018). A isso somam-se as perspectivas pós-estruturalistas, pós-coloniais e pós-modernas, além da "guinada para os arquivos" de diversas disciplinas preocupadas com suas próprias trajetórias, que acabaram reconhecendo em suas respectivas histórias as relações de poder atreladas à construção dos Estados modernos.

O próprio estatuto epistemológico das provas documentais, que estaria baseado em suas supostas objetividade e neutralidade axiológica, passou a ser revisto pela teoria historiográfica e antropológica e, mais recentemente, pela própria arquivologia. Segundo Luciana Heymann e Letícia Nedel, "depois de desterritorializado, dessubstancializado, retirado do solo seguro da linearidade histórica e reinscrito no cruzamento incerto e variável da cultura, da performance e da política, o arquivo, sua produção e patrimonialização perderam seu caráter autoevidente" (HEYMANN e NEDEL, 2018, p. 10).

Filósofos franceses, em especial Michel Foucault, Jacques Derrida, Michel de Certeau e Paul Ricouer, por sua vez, deslocaram a discussão dos arquivos, em sua existência concreta no plural, para o arquivo, no singular. O arquivo passou então a ser tomado como uma espécie de dispositivo arquetípico de exercício do poder ou, mais precisamente, de produção de uma metanarrativa da modernização incapaz de admitir outros futuros possíveis para além daquele projetado pela burguesia europeia (ANHEIM, 2018). O arkheîon, termo grego do qual se origina a palavra "arquivo", designa também, conforme propõe Derrida (2001), um princípio de poder sobre aquilo que é lembrado e esquecido, ao mesmo tempo que investe os seus guardiões, os arcontes, da autoridade de nomear os objetos a serem geridos pelos sujeitos do processo modernizador ou civilizador. Para além da gestão de documentos, esse seria, portanto, um princípio de inscrição de enunciados e práticas de poder capaz de produzir domínio sobre coisas e pessoas em prol de um projeto de ordem atrelado aos privilégios de origem branca, patriarcal e europeia. Séculos de espoliação capitalista e colonial seriam, assim, naturalizados por meio de uma eficiente gestão da memória em aparatos arquivísticos,

museológicos e historiográficos. Essa se mostra uma chave importante, portanto, para interpretarmos a presença de discursos de autoridade e sexistas em meio a um arquivo específico do sistema de ensino superior brasileiro.

Todavia, o caráter demasiadamente abstrato da ideia de um arquivo, no singular, tem dado lugar a pesquisas reveladoras de caráter monográfico. A compreensão dos tipos de relação que se estabelecem em um espaço arquivístico, bem como os seus possíveis efeitos em termos de construção ativa de uma memória tratada como coletiva, tende a perder de vista os efeitos de poder concretos e complexos que se produzem em meio a formas específicas de adaptação e negociação. Isso tem sido demonstrado por estudos históricos e etnográficos que tomam os arquivos não como o lugar que disponibiliza fontes de pesquisa para a história, mas como o seu próprio objeto de estudo (BLOUIN JR., 2004). Se os documentos tutelados pelos arquivos não garantem um acesso transparente à verdade, faz-se necessário, então, analisá-los, eles próprios, tanto de um ponto de vista processual quanto relacional. Isso significa investigar tanto a "biografia" dos arquivos, a fim de compreender as diversas camadas de significação acumuladas em sua materialidade ao longo do tempo, como a "etnografia" das formas específicas de relação entre pessoas e coisas nos espaços arquivísticos, a fim de percebermos como as diferentes perspectivas sobre a legitimidade do poder moldam as formas possíveis de ordenação e acesso à informação.

O que se propõe nas páginas que seguem não chega a ser um trabalho sistemático voltado a responder a todas as questões suscitadas pela teoria arquivística contemporânea. Trata-se mais de um relato fruto de reflexões de caráter interdisciplinar, que pode ser útil para encararmos as práticas arquivísticas universitárias com um pouco mais de complexidade. Para isso, será apresentada, na primeira parte deste artigo, uma reconstituição bastante sintética das condições históricas que conduziram à digitalização de parte dos documentos em papel da Progepe, considerando a legislação pertinente e a materialização particular das políticas arquivísticas federais no nível local de nossa universidade. Em seguida, apresentaremos os relatos desenvolvidos por dois estagiários do curso de história, que evidenciam como a organização de informações está diretamente permeada por outras formas de exercício do poder. Estes são, no entanto, apenas exercícios preliminares de um tipo de investigação que precisaremos aprofundar com pesquisas mais sistemáticas a partir do momento em

que dispusermos de maiores recursos para tanto, algo que, todavia, se mostra cada vez mais distante no atual contexto de descomprometimento do poder instituído para com a verdade e a democracia.

Elementos para a biografia de um arquivo

A Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (EFOA) foi criada oficialmente em 3 de abril de 1914. No ano da fundação foram definidos o estatuto e os programas de ensino do primeiro ano do curso de Farmácia. Devido à falta de alunos para curso de Odontologia, o seu início foi adiado para o ano de 1915. A EFOA tornou-se oficialmente reconhecida pelo Estado de Minas Gerais pela Lei Estadual nº 657, de 11 de setembro de 1915. O reconhecimento nacional como instituição de ensino superior se deu somente em 23 de março de 1932, conforme disposto no Art. 26 do Decreto nº 19.851 do Ministério da Educação e Saúde. Desde então, a EFOA passou a ser enquadrada nas disposições das leis federais. A Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas tornou-se uma instituição pública pela Lei nº 3.854, de 18 de dezembro de 1960, sancionada e promulgada pelo presidente Juscelino Kubistchek de Oliveira. Ao longo desses anos a instituição acumulou uma significativa documentação, hoje abrigada em sua Seção de Arquivo e pelo Centro de Documentação Histórica (CEDOCH), que demonstram as suas constantes adaptações às ideologias políticas e educacionais do período que precedeu o golpe de 1964 (LOWANDE, 2015).

A transformação em Autarquia de Regime Especial efetivou-se por meio do Decreto nº 70.686, de 07 de junho de 1972. A ampliação de cursos possibilitou a mudança para Centro Universitário Federal (EFOA/CEUFE), conforme Portaria MEC nº 2.101, de 1º de outubro de 2001. Em 2005, por meio da Lei nº 11.154, de 29 de julho de 2005, a EFOA/CEUFE foi transformada em Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).

A atual estrutura organizacional da UNIFAL-MG é definida no seu Estatuto, conforme Resolução nº 40/2007 do Conselho Superior da UNIFAL-MG (UNIFAL, 2007):

Art. 5º A estrutura organizacional da UNIFAL-MG compõe-se de:

I - Conselho Universitário (CONSUNI);

II - Conselho de Curadores;

III - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE);

IV - Reitoria, seus órgãos de Apoio e Suplementares;

V - Conselho de Integração Comunitária (CICOM)

(…)

Art. 18. A Reitoria é integrada de:

I – Reitor;

II – Vice-Reitor;

III – Pró-Reitorias;

IV – Procuradoria Jurídica.

Parágrafo Único: As Pró-Reitorias estão estabelecidas no Regimento Geral.

Art. 19. A Reitoria contará com órgãos de apoio e suplementares, na forma estabelecida no Regimento Geral.

A Progepe tem as seguintes competências, de acordo com o Regimento Geral da UNIFAL-MG (2010):

Art. 76. À PROGEPE compete:

I – assessorar o Reitor nos assuntos pertinentes à gestão de pessoas;

II – formular, propor e responder pela política de gestão de pessoas junto à Reitoria;

III – implementar e acompanhar as ações ligadas aos servidores, em consonância com a política de gestão de pessoas estabelecidas pelos Ministérios competentes;

IV – planejar, coordenar, controlar e supervisionar as atividades de recrutamento e seleção de servidores, de capacitação, de qualificação, de desenvolvimento, de cadastro e lotação e de folha de pagamento e benefícios;

V – gerenciar os sistemas informativos da área de gestão de pessoas;

VI – desenvolver ações de valorização e de capacitação permanente de pessoal, visando à prestação de serviços de excelência à comunidade universitária e à população;

VII – coordenar e implementar as ações relacionadas à assistência e aos benefícios aos servidores;

VIII – coordenar a assistência à saúde da comunidade da UNIFAL-MG;

IX – supervisionar e coordenar os recursos humanos lotados na PROGEPE, oportunizando treinamento, qualificação e capacitação para os seus servidores; e

X – exercer outras atribuições delegadas pelo Reitor, pertinentes à área de gestão de pessoas.

Art. 77. As atribuições do Pró-Reitor e do Pró-Reitor Adjunto da PROGEPE serão definidas em regimento interno.

A Resolução nº 20, de 20 de abril de 2018, da UNIFAL, aprovou o Regimento Interno da Progepe que possui a seguinte estrutura organizacional:

Art. 3°A Progepe terá a seguinte estrutura organizacional:

I - Pró-Reitor;

II - Pró-Reitor Adjunto;

III - Secretaria Administrativa;

IV - Departamento de Administração de Pessoal;

V - Departamento de Desenvolvimento e Qualidade de Vida.

(…)

Art. 14.Compõem o Departamento de Administração de Pessoal os seguintes órgãos:

I - Coordenadoria de Cadastro e Controle Funcional;

a) Gerência de Admissão e Contratos.

II - Coordenadoria de Legislação de Pessoal;

a) Gerência de Análises de Benefícios, Aposentadorias e Pensões;

III - Coordenadoria de Pagamento;

a) Gerência de Controle Financeiro.

Conforme art. 18, da Resolução nº 20/2018, da UNIFAL, compete à Coordenadoria de Cadastro e Controle Funcional coordenar, executar e supervisionar as atividades relativas à inclusão, acompanhamento e atualização de informações cadastrais e funcionais de pessoal. Nessa Coordenadoria possui atualmente três servidores, todos do cargo de Assistente em Administração da Carreira de Técnico Administrativos em Educação.

Na Coordenadoria de Cadastro e Controle Funcional ocorre a implantação do Assentamento Funcional Digital (AFD) que foi criado com a edição da Portaria Normativa SHR/MP nº 3, de 18 de novembro de 2011. Este documento orienta os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal (SIPEC) quanto aos procedimentos relativos à organização, digitalização e armazenamento dos assentamentos funcionais dos seus servidores, empregados públicos, contratos temporários, residentes médicos e estagiários.

A Portaria Normativa SHR/MP nº 3/2011 foi revogada pela Portaria Normativa SEGEP nº 199, de 17 de novembro de 2015. Foi definido nesta última que, a partir de 1º de março de 2016, seria vedado o arquivamento na forma física de documentos ou cópias, devendo ser utilizado exclusivamente o AFD como repositório de documentos digitais funcionais, sendo documento digital, conforme Glossário de Documentos Arquivísticos Digitais do Conselho Nacional de Arquivos (2016), "informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional".

Os documentos produzidos até 29 de fevereiro de 2016, de acordo com a Portaria SEGEP nº 199/2015, compõem o legado de documentos funcionais. Ainda segundo a Portaria SEGEP nº 199/2015, o AFD seria lançado e disponibilizado aos órgãos da Administração Pública até 29 de fevereiro de 2016 e, a partir desta data, os órgãos e entidades do SIPEC têm o prazo máximo de 24 meses para concluírem a inclusão no AFD do legado de documentos funcionais.

A Portaria Normativa SEGRT/MP nº 04, de 10 de março de 2016, revogou a Portaria Normativa SEGEP nº 199, de 17 de novembro de 2015 e alterou para 30 de junho de 2016 a data dos documentos funcionais em suporte papel que compõem o legado. A nova portaria também

estabeleceu um novo prazo máximo de 30 meses para a conclusão da digitalização do legado de documentos funcionais e sua inclusão no AFD. Assim, o prazo para conclusão do trabalho digitalização do legado de documentos dos servidores da UNIFAL-MG, realizado pelos estagiários, seria até 30 de dezembro de 2018.

Por fim, a Portaria Normativa nº 9, de 1º de agosto de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG), revogou a Portaria Normativa SEGRT/MP nº 04/2016 e prorrogou o prazo de conclusão da digitalização do legado funcional para 30 meses a partir de 01.08.2018.

Para o cumprimento de digitalização do legado foi realizado um processo seletivo para a contratação de estagiários do curso de História com a orientação de professor de magistério superior e a supervisão de um arquivista, ambos servidores da UNIFAL-MG. Inicialmente foi contratado apenas um estagiário com carga horária semanal de 20 horas em 1º de agosto de 2016. Porém, observou-se que somente ele não conseguiria cumprir o prazo de digitalização do legado. Por conseguinte, realizou-se outro processo seletivo que contratou mais uma estagiária em 1º de agosto de 2017, a partir de então ficaram dois estagiários na Coordenadoria de Cadastro e Controle Funcional. Em dezembro de 2019, com o término do contrato de um estagiário, decidiu-se por ter apenas um estágio para digitalização do legado, com isso desde janeiro de 2020 há somente uma estagiária trabalhando com AFD na UNIFAL-MG.

O estágio ocorre na Coordenadoria de Cadastro e Controle Funcional da Progepe. Os documentos em suporte papel estão acondicionados em pastas suspensas de 46 arquivos; cada arquivo tem quatro gavetas, totalizando 184 gavetas de 60 centímetros. O arquivo de pessoal ocupa 174 gavetas perfazendo 104,40 metros lineares de documentos do legado funcional a ser incluído no Assentamento Funcional Digital até fevereiro de 2021.

As atividades do processo de digitalização do legado funcional são as seguintes:

1) Preparar os documentos em suporte papel para digitalização com a retirada de clipes e grampos de metal e outros elementos que prejudiquem a digitalização, higienização dos documentos e retirada de cópias desnecessárias;

2) Separar os documentos avulsos dos processos;

3) Colocar o separador indicando o início da seção na pasta funcional: I – documentação referente à Provisão da Força de Trabalho, Gestão do Desenvolvimento de Pessoas, Compensações, Gestão de Desempenho e Evolução Funcional, II - documentação relacionada à aposentadoria, caso exista, e III - documentação relacionada à pensão e vinculada à matrícula do instituidor, caso exista.

4) Digitalizar os documentos em suporte papel do legado funcional (captura da imagem), identificação dos representantes digitais e salvar em pasta específica no computador;

5) Registro no Sistema Assentamento Funcional Digital, que inclui a autenticação e upload para o AFD;

6) Anexar a Declaração de Conclusão da Digitalização do Legado, conforme § 2º, do art. 8º, da Portaria Normativa nº 9/2018, do MPOG.

A categorização em documentos avulsos e processos seguiu a definição constante na Portaria Interministerial MJ/MP nº 1.677, de 7 de outubro de 2015:

Documento Avulso: informação registrada, qualquer que seja o suporte ou formato, que não está reunida e ordenada em processo.

Processo: conjunto de documentos avulsos, oficialmente reunidos e ordenados no decurso de uma ação administrativa, que constitui uma unidade de arquivamento (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, 2015).

Dessa maneira, na "atividade 2" separam-se documentos avulsos (atestado médico, cópia de identidade, carteira de trabalho, etc.) dos processos (de nomeação, progressão de carreira entre outros). Somente a atividade "5" é realizada pelo arquivista supervisor do estágio; as demais são de responsabilidade dos estagiários sob a supervisão dos servidores da Coordenadoria de Cadastro e Controle Funcional. O arquivista procede a autenticação que, segundo o Glossário de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos (2014), é a "declaração que a cópia reproduz fielmente o original – feito por uma pessoa jurídica com autoridade para tal (servidor público, notário, autoridade certificadora) num determinado momento". A autenticação ocorre com a utilização da Certificação Digital ICP-Brasil, que possui valor legal, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A digitalização de documentos do assentamento funcional pode ser considerada uma estratégia de preservação e acesso dos documentos funcionais dos servidores. Porém, a migração para o suporte digital acarreta implicações no armazenamento e na preservação do representante digital. Barbosa (2018) destaca o desafio da implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) na UNIFAL-MG, principalmente, com relação à preservação e ao acesso de longo prazo em virtude da facilidade de adulteração e da obsolescência tecnológica e, além disso, a dificuldade de garantir a confiabilidade e autenticidade dos documentos digitais.

Quanto aos documentos digitais produzidos no SEI, a responsabilidade de preservação é da UNIFAL-MG. Já os documentos digitais do Assentamento Funcional estão armazenados em um Repositório Central que, conforme Portaria nº 9/2018 (BRASIL, 2018), atende aos requisitos o e-ARQ Brasil e pode ser considerado um Repositório Arquivístico Digital Confiável , porém esta Portaria não especifica qual órgão é responsável pela segurança desse Repositório Central. Devido à facilidade de acesso aos documentos funcionais digitalizados com a implantação Assentamento Funcional Digital, a tendência é agilizar a tomada de decisões dos funcionários da Progepe.

Portanto, o impacto da implantação do AFD na UNIFAL-MG é positivo com relação ao acesso, uma vez que facilita disponibilização da informação para tomada de decisão. Em contrapartida, é preocupante a preservação das informações dos servidores da universidade em um Repositório Central que não é gerenciado pela UNIFAL-MG.

Este conjunto de elementos atrelados à prática arquivística da Progepe se apresenta como uma forma de registro e controle aparentemente neutra das atividades funcionais dos(as) servidores(as) da UNIFAL-MG. No entanto, argumentamos na primeira parte deste artigo que práticas arquivísticas como esta envolvem impressões e supressões coadunadas às projeções de governamentalidade dos Estados nacionais modernos. Por outro lado, essas impressões e supressões não se realizam alheias a dúvidas, conflitos e resistências, o que gera, de acordo com Stoler (2009), "ansiedades epistemológicas" constituidoras das biografias arquivísticas. Na próxima seção buscaremos captar algumas dessas tensões por meio dos relatos produzidos pelo estagiário e pela estagiária do curso de história da UNIFAL-MG.

Elementos para a etnografia de um arquivo

Relato nº 1

O estágio em História do qual faço parte é realizado na Progepe da UNIFAL-MG. É necessário que se cumpra 20 horas semanais, ou seja, 4 horas por dia, possibilitando que eu me dedique às leituras e estudos referentes à minha graduação em História, bem como o cumprimento dos estágios obrigatórios do curso. As tarefas a serem realizadas consistem, basicamente, na digitalização dos documentos de todos os servidores da universidade, desde o momento em que foram nomeados até a data limite de 30 de junho de 2016.

Durante a digitalização é preciso seguir alguns passos para que a organização adequada possa ser realizada, como a separação de documentos avulsos e processos por ordem cronológica, verificar se a data limite é ultrapassada, se há algum processo que não diz respeito àquele(a) servidor(a) específico(a) e também a retirada de grampos ou qualquer coisa que possa atrapalhar o processo de digitalização. Após esses procedimentos, os arquivos salvos são colocados numa pasta de computador para que o arquivista responsável autentifique cada um deles e coloque na plataforma do Assentamento Funcional Digital.

A Portaria Normativa SEGRT/MP nº 4, de 10 março de 2016 , é um elemento central para se pensar o estágio e sua relação com o curso de História. Como o prazo para que os documentos até a data limite sejam digitalizados termina em dezembro de 2018, há uma pressão dos próprios funcionários administrativos para que isso seja cumprido o mais rápido possível. Nesse sentido, o estágio acabou se distanciando do seu caráter educacional, ou melhor, acaba sendo difícil perceber as relações com o ofício do(a) historiador(a) e o trabalho em arquivos por conta da demanda de digitalização da qual os estagiários devem dar conta, isso sem "perder tempo" com atividades de reflexão de cada um deles, a exemplo da leitura de artigos, realização de anotações etc.

Apesar de não ser possível analisar com calma cada pasta funcional, percebo algumas características comuns que se repetem na maioria dos casos. A burocracia é a que mais se destaca, pois tudo precisa ser provado e assegurado de forma escrita, num documento assinado e autenticado. O número de cópias é elevado e acaba aumentando a massa documental, o que me faz partir para outra problemática: a falta de espaço. O arquivo da universidade está lotado. Há vários documentos que deveriam ser eliminados e, outros, transferidos para outro local, sem contar o número baixo de

pessoas contratadas para realizar esse trabalho, o que resulta em uma sobrecarga para alguns(mas) funcionários(as).

Tendo em vista essas dificuldades no processo de digitalização dos documentos, a relação entre os funcionários é um elemento que consigo observar e analisar com maior facilidade. Por conta de dividirmos a mesma sala, na qual trabalham pessoas de setores diferentes, consigo estar em contato direto com o cotidiano de trabalho de cada uma delas e compreender minimamente o que cada um faz. As seções não possuem divisórias, ou seja, quando um(a) servidor(a) está sendo atendido(a), todos(as) podem ouvir. Em geral, todos(as) se relacionam bem, mas se fizermos uma análise mais atenta, podemos perceber a existência de uma hierarquia bastante definida, o que não significa que ela se dê dessa forma na prática.

A maioria atua como chefe de alguma seção, mas o que é evidenciado no cotidiano dessa Pró-reitoria é que algumas pessoas específicas acabam tendo uma força maior nas decisões, mesmo que a hierarquia diga que há pessoas acima delas. A relação dos(as) demais funcionários(as) com a secretária é algo que me causa certo incômodo. Por mais que pareça uma relação saudável, é perceptível a forma com que a servidora terceirizada é tratada, principalmente no que se refere às tarefas que ela se dispõe a fazer e que não fazem parte do seu trabalho.

Outro aspecto que pode ser citado e que também me incomoda é a fala de alguns funcionários homens sobre as mulheres. Por meio de comentários e atitudes, percebo a forma desrespeitosa, e até mesmo machista, que eles se dirigem às mulheres. No entanto, isso nunca é falado diretamente para a mulher em questão, mas entre eles. Diversas vezes pensei em intervir, mas o receio de ser prejudicada me impediu, afinal, preciso do estágio para garantir minha permanência na universidade. O que mais me intriga nessa questão é o fato de que as mulheres são a maioria e, muitas vezes, elas riem e concordam com os comentários feitos por eles. Isso me obriga a fazer uma autocrítica, pois, estando numa universidade que me possibilita estar em contato com diversas discussões a respeito dos preconceitos existentes na sociedade, eu acabo pressupondo que todos(as) também têm acesso a esse tipo de reflexão.

Como mencionei anteriormente, e para não focar apenas em aspectos negativos, o estágio do qual faço parte garante minha permanência na universidade. Mesmo que ele seja totalmente diferente

do que imaginei que seria, está sendo uma experiência muito rica para minha formação. Apesar de eu não poder fazer análises mais atentas sobre os documentos do arquivo, essa própria "falta de tempo" me permite fazer vários exercícios de problematização e que não devem ser descartados. Pensar, por exemplo, em como seria interessante se a universidade permitisse um vínculo entre o arquivo e o curso de História e que os alunos pudessem ter contato direto com os documentos e seus processos, ou a construção de um espaço maior que facilitasse sua organização e conservação, até mesmo uma atenção maior a esse trabalho que é muito importante e não deveria necessitar de uma lei para que algo começasse a ser feito.

Relato nº 2

A rotina de trabalho do estágio realizado na Progepe possui algumas características de caráter funcional e organizacional e alguns de costumes e práticas que pretendo mostrar nesse relato. Obviamente que o que estiver aqui escrito apresenta apenas a minha perspectiva a respeito das observações que fiz ao longo de todo esse tempo em que trabalhei como estagiário, e que outros relatos podem apresentar divergências em relação ao que eu mostrar aqui.

Um primeiro ponto a ser abordado é como a relação entre estagiário e o corpo de técnicos mudou com o passar do tempo. Inicialmente eu ficava sob a supervisão de um arquivista da Progepe, que pediu exoneração poucos meses depois. Ele me acompanhava nos trabalhos realizados aqui dentro do arquivo. E o trabalho era localizado literalmente dentro do arquivo, numa mesinha que tinha que dar conta de suprir a demanda de trabalho realizado por mim, o estagiário.

Nesse primeiro momento, o trabalho consistia em separar os documentos dos servidores em categorias. Logo após esse primeiro período e, sobretudo após o pedido de exoneração do arquivista, as coisas começaram a mudar.

Com a substituição da responsabilidade de supervisão para o arquivista do Seção de Arquivo da UNIFAL-MG, mudou-se também o caráter do trabalho realizado. Assim, o que se buscou foi uma

maior especificidade da classificação de documentos pautada, sobretudo, na resolução 14[1] do Conselho Nacional de Arquivologia, CONARQ, que estabelece prazos de guarda e de destruição dessa massa documental.

Com isso, o foco de trabalho mudou. Antes ele consistia na mera classificação dos documentos dos servidores. Agora, passou a ser uma classificação pautada nessa resolução específica do CONARQ e também na digitalização dessa massa documental com o propósito de se atender a uma demanda estipulada pelo Ministério do Planejamento e que pretende transformar em arquivo digital (PDF) todos os documentos gerados desde o momento em que o(a) servidor(a) toma posse na instituição até o dia primeiro de julho de 2016.

É importante ressaltar que existe um prazo para que todos esses documentos sejam digitalizados e que, mais importante ainda, o prazo já existia antes de eu começar a fazer esse tipo de serviço. Portanto, o que eu observo em relação a isso é que há uma atmosfera que paira sobre os estagiários que diz que precisamos ser monitorados a todo o momento para verificar se realmente estamos trabalhando para cumprir esse prazo. Ou seja, depois que o foco do trabalho mudou para a digitalização do que é chamado de "legado", o foco da atenção também se voltou para mim, como estagiário incumbido dessa função, e posteriormente para a outra estagiária contratada para suprir essa alta demanda.

O que percebo nesse segundo momento do estágio é que a relação com o pessoal que trabalha nas divisões da Progepe mudou. Antes eu ficava na sala do arquivo, espacialmente separado deles e, portanto, eles estavam quase que indiferentes para o tipo de serviço que eu realizasse. Com a mudança do objetivo de trabalho, mudaram também as percepções que esses servidores têm sobre nós, estagiários.

Eu interpreto essas mudanças da seguinte forma. Numa estrutura hierárquica, o estagiário não é concursado, nem contratado. Não tem vínculo empregatício com a instituição, tampouco registro na Consolidação das Leis Trabalhistas. O curso de História percebe a importância de criar novos mecanismos de aprendizado prático e ajudar na manutenção de alunos dentro da universidade,

[1] À época do relato, não tinha sido publicada a Resolução nº 45, de 14.02.2020, do Conselho Nacional de Arquivos. O atual Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos relativos às atividades-meio do Poder Executivo Federal foi aprovado pela Portaria nº 47, de 14.02.2020, do Arquivo Nacional.

e a Progepe tem a necessidade de mais força de trabalho para realizar ações que, supostamente, um estagiário seja capaz de cumprir. E aí se oferece uma remuneração para que o estudante não precise abandonar o meio acadêmico e procurar outras formas de renda para se manter dentro da universidade. Mais ainda, cria-se um trabalho no qual ele possa explorar não só suas capacidades técnicas, mas também praticar reflexões sobre sua rotina de trabalho, sua importância dentro da instituição, entre outras coisas.

Contudo, a rotina de digitalização oferece poucos recursos nesse sentido, de forma que o que mais se salienta é a necessidade de digitalização e a cobrança do cumprimento de metas que passam a ser estabelecidas por meio de gestos, olhares e, também, por meio da fala.

Nesse sentido, o que observo até o momento é que o estagiário está inserido numa estrutura que prioriza o trabalho e não valoriza em grande medida o esforço intelectual. Pautados numa cultura de delegação de atividades, com o passar do tempo passamos a exercer outras funções adjuntas – atender ao telefone de vez em quando, levar um papel aqui e acolá outras tantas vezes, guardar documentos gerados por outros setores, etc. O mais curioso, para não se dizer outra coisa, é que essa delegação de atividades se dá sempre nesse sentido hierárquico, ou seja, servidores concursados dizendo o que os estagiários devem ou não fazer.

Muito me parece que existe essa necessidade de supervisão por parte de algumas pessoas dentro da Progepe, mas que, fazendo um exercício reflexivo, ela não aconteceria no sentido inverso, ou seja, nós estagiários supervisionar e questionar práticas e rotinas de trabalhos dos outros. Imagine-se o absurdo que seria se eu ou a outra estagiária chegássemos na mesa de qualquer servidor e perguntássemos: e essa nomeação aqui, já fez? E essas férias aqui, já lançou no sistema?

Assim, percebo que o ambiente favorece a manutenção de uma estrutura fortemente hierarquizada e pautada em "privilégios" desses técnicos que, como tal, podem delegar funções, conversar livremente sem ter olhares sobre suas cabeças, falar sobre assuntos diferentes dos relativos à rotina de trabalho, etc. A mim isso parece ser uma exclusividade permitida apenas a determinados estratos funcionais no interior daquela repartição. Não que eu ou a outra estagiária não possamos rir, ou conversar quando trabalhamos juntos, mas quando isso acontece os olhares sobre nós são logo percebidos. Obviamente que isso são apontamentos e que eu não abriria mão desse tipo de trabalho, pois ele me proporciona tempo para poder conseguir ler os textos

das disciplinas e fazer os trabalhos do curso. Mas o estágio em si se transformou em mera necessidade de cumprimento de prazo, sempre nos indagando sobre quaisquer divergências nessa rotina.

Algumas interpretações à guisa de considerações finais

A abertura de vagas para estagiários na Progepe foi uma grande conquista para o curso de História da UNIFAL-MG, porque ampliou ainda mais os espaços formativos oferecidos aos(às) discentes. Desde o início houve uma grande preocupação em fazer da atividade não apenas um meio de remuneração para os(as) discentes do curso, mas sim um elemento de aprendizado efetivo sobre as práticas arquivísticas e suas implicações para o exercício do(a) historiador(a).

Nas reuniões entre orientadores, supervisor e estagiários teve-se a preocupação em "educar" o olhar dos estagiários para que estes pudessem identificar as especificidades do arquivo da Progepe e compreender quando surgiu e para que fins, qual sua importância dentro da universidade e em sua localidade, que tipo de documento guarda, entre outros. Recorrendo aos referenciais teóricos que nortearam as atividades no setor, foi possível, assim, identificar a sua arkhê: as inúmeras portarias do Governo Federal que ditaram novas regras de arquivamento para suas instituições transformaram o arquivo da Progepe em um verdadeiro arquivo de Estado que, além de expressar o poder arcôntico ligado ao porvir de que fala Derrida, também está apto a disponibilizar às futuras gerações um conhecimento a partir de um pretenso (e, acima de tudo, moderno) "repositório neutro do passado" (DIRKS, 2015, p. 47).

Além disso, houve também a preocupação em orientar os estagiários sobre a importância de avaliar o potencial do arquivo para o desenvolvimento de pesquisas em História, já que os documentos funcionais, para o olhar da maioria dos leigos, tendem a ser vistos como meros papéis necessários à burocracia e que não têm significado histórico algum para uma coletividade. Mas, durante os encontros regulares, os estagiários expuseram mais suas impressões sobre o cotidiano de trabalho e as relações de poder que o conformam do que propriamente compreender o valor dos documentos arquivados e das práticas arquivísticas.

Estaria, nesses relatos, o indício de que as condições de trabalho a que estavam submetidos seria a extração do caráter pedagógico do estágio?

Da mesma forma que os referenciais teóricos nos permitiram identificar a arkhê do arquivo da PROGEPE, também nos ajudaram a vê-lo como um arkheîon. Vista apenas em seu sentido prático, a digitalização de documentos é entendida como uma racionalização das práticas arquivísticas que superam o problema estrutural de espaço físico e da falta de equipamentos adequados ao funcionamento de um arquivo. Desse modo, obedientes às normativas e pouco críticos com relação às políticas arquivísticas do Estado, os funcionários do setor, notadamente os técnicos administrativos, acabam por atuar como arcontes, isto é, como os juízes dotados da autoridade hermenêutica "do lugar e da lei, do suporte e da autoridade" (DERRIDA, 2001, p. 13). Atuando como típicos agentes de um arquivo de Estado, os funcionários recorreram à hierarquia do setor para firmar relações de poder capazes de assegurar que a meta estabelecida pelo Governo Federal para a adequação às novas práticas arquivísticas fosse cumprida.

Aí fica evidente que, mais do que uma medida voltada a assegurar uma racionalização dos arquivos, as portarias também funcionam como ferramentas de alienação dos agentes envolvidos no processo de arquivamento: o curto espaço de tempo e a falta de recursos humanos para o cumprimento das metas refletem não só uma precarização das condições de trabalho, mas uma estratégia voltada a não oferecer condições aos agentes dos arquivos de refletirem sobre os sentidos de suas práticas. Assim, as portarias acabam por reforçar o que Derrida chama de mal de arquivo, já que as políticas delineadas nas portarias normativas reafirmam a violência de aniquilação do outro para que o um dê vida à modernidade da qual o arquivo é um de seus elementos estruturantes.

Por fim, é possível perceber, a partir dos relatos aqui apresentados, o poder de consignação dos arquivos modernos dos Estados nacionais, algo que se expressa também num certo tipo de poder de subjetivação. Em troca de um salário os(as) servidores(as) dos arquivos assumem, a princípio, determinados cargos, ou melhor, papéis burocráticos, norteados pelos conhecidos princípios da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. No entanto, o discurso da eficiência técnica dos arquivos logo é atravessado por outras formas de subjetivação e de produção de relações de poder que também são capturadas a serviço das práticas de arquivamento. Cria-se, no espaço do arquivo aqui analisado, uma espécie de moralidade interna, que se constitui em meio a relações de colaboração e competição e é propiciada por um espaço físico no qual praticamente inexiste qualquer forma de privacidade. As hierarquias prescritas são

corriqueiramente subvertidas por laços de camaradagem que, via de regra, também se sustentam nas relações de gênero informadas por uma estrutura patriarcal preexistente à conformação das diretrizes arquivísticas da repartição. Esses são aspectos que só se tornam visíveis a partir de uma análise mais detida tanto da biografia particular do arquivo em questão quanto de uma observação de caráter etnográfico acerca de suas práticas cotidianas.

Esses laços de solidariedade, produzidos, portanto, a contrapelo das determinações arquivísticas superiores, não são capazes, todavia, de gerar problematizações e, muito menos, resistências sistemáticas ao poder de consignação dos arquivos modernos. A prática arquivística confere aos(às) seus(suas) agentes algo mais do que a mera sobrevivência cotidiana, o que se expressa num devir atrelado a um bem maior: uma ordem documental capaz de garantir o progresso da Instituição Federal de Ensino Superior, da educação superior nacional e, por conseguinte, da própria nação. Os arquivos também concedem aos(às) seus(uas) agentes uma pequena parcela de seu próprio poder: todos(as), um dia, poderão alcançar um posto que, além do reconhecimento pelos serviços prestados, lhes garantirão menos vigilância sobre si, melhores condições de vida e mesmo a possibilidade de imprimir nas práticas arquivísticas algum traço de sua própria subjetividade assim forjada, a exemplo de uma forma mais eficaz de digitalizar mais documentos em menos tempo.

Assim, o poder de consignação do arquivo, isto é, o poder de reimprimir a metanarrativa da modernidade e de suprimir as discordâncias e resistências em relação a ela, propaga-se, nos ramos mais capilares da administração pública, por meio do seu poder de subjetivação. O espaço arquivístico é capaz, portanto, como pudemos observar no caso aqui analisado, de reorientar subjetividades produzidas fora de seu próprio espaço para a realização de seu poder arcôntico, recriando cotidianamente os(as) seus(as) arcontes.

É importante ressaltar que, com este artigo, não pretendemos produzir algum tipo de "acusação" a respeito das práticas arquivísticas empreendidas no espaço analisado. O poder de subjetivação das instituições modernas não está presente apenas nos seus arquivos, embora ali ele encontre um instrumental bastante eficaz para a consecução das suas finalidades. Nosso intuito foi apenas contribuir com uma análise das práticas arquivísticas modernas, a partir da observação de um caso para nós mais acessível, por meio da qual pudéssemos verificar algo mais do que seus conhecidos elementos de caráter técnico. Com isso esperamos ter oferecido uma pequena

contribuição para a compreensão das formas por meio das quais as relações assimétricas produzidas por um ideal moderno ainda fortemente presentes entre nós se impregna e se naturaliza na vida cotidiana das pessoas, em especial no que diz respeito aos(às) trabalhadores(as) da educação pública.

Referências bibliográficas

ANHEIM, É. Arquivos singulares - o estatuto dos arquivos na epistemologia histórica. Uma discussão sobre A memória, a história, o esquecimento de Paul Ricouer. In: HEYMANN, L.; NEDEL, L. **Pensar os arquivos:** uma antologia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Gestão de documentos:** curso de capacitação para os integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da administração pública federal. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

BARBOSA, A. T. **Confiabilidade, Autenticidade e Acesso de Documentos Digitais:** pesquisa-ação da implantação do Sistema Eletrônico de Informações na Universidade Federal de Alfenas. Revista Analisando em Ciência da Informação, v. 6, p. 404-423, 2018.

BELLOTTO, H. L. **Universidade e arquivo:** perfil, história e convergência. Trans-in-formação, v. 3, n. 1, p. 15-28, Setembro/Dezembro 1989.

BLOUIN JR., F. X. **History and memory:** the problem of the archive. PMLA, v. 119, n. 2, p. 296-298, Março 2004.

BRASIL. **Medida Provisória nº 2.200-2**, de 24 de agosto de 2001. Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências.

BURTON, A. (Ed.). **Archive stories:** facts, fictions, and the writing of history. Durham & Londres: Duke University Press, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Glossário.** Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://conarq.gov.br/images/ctde/Glossario/2016-CTDE-Glossario_V7_public.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2020.

COOK, T. O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma. In: HEYMANN, L.; NEDEL, L. **Pensar os arquivos:** uma antologia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

CUNHA, O. M. G. da. **Tempo imperfeito:** uma etnografia do arquivo. Mana, v. 10, n. 2, p. 287-322, 2004.

DERRIDA, J. **Mal de arquivo:** uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DIRKS, N. **Autobiography of an archive:** a scholar's passage to India. New York, NY: Columbia University Press, 2015.

HEYMANN, L. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. In: TRAVANCAS, I.; ROUCHOU, J.; HEYMANN, L. **Arquivos pessoais:** reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

HEYMANN, L.; NEDEL, L. (Eds.). **Pensar os arquivos:** uma antologia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

KNAUSS, P. **Usos do passado, arquivos e universidade.** Cadernos de Pesquisa do CDHIS, n. 40, p. 9-16, 2009.

LEITE, C. C. **Intimidade versus interesse público:** a problemática dos arquivos. Estudos históricos, v. 21, p. 189-199, 1998.

BRASIL**. Medida Provisória nº 2.200-2**, de 24 de agosto de 2001. Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA / MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO (Brasil). **Portaria Interministerial MJ/MP nº 1.677**, de 7 de outubro de 2015. Define os procedimentos gerais para o desenvolvimento das atividades de protocolo no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (Brasil). **Portaria Normativa/SRH nº 03 de 18 de novembro de 2011**. Disponível em: <https://www.servidor.gov.br/gestao-de-pessoas/arquivos/13-portaria_normativa_03.pdf> Acesso em: 19 jun. 2020.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (Brasil). **Portaria Normativa / SEGEP Nº 199 de 17 de novembro de 2015**. Disponível em: <https://www.servidor.gov.br/gestao-de-pessoas/arquivos/portaria-normativa-segep-no-199.pdf> Acesso em: 19 jun. 2020.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (Brasil). **Portaria Normativa / SEGRT/MP Nº 04 de 10 de março de 2016**. Disponível em: <https://www.servidor.gov.br/gestao-de-pessoas/assentamento-funcional-digital/normativos> Acesso em: 19 jun. 2020.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (Brasil). **Portaria Normativa Nº 09 de 01 de agosto de 2018**. Disponível em:

<https://www.servidor.gov.br/gestao-de-pessoas/assentamento-funcional-digital/normativos> Acesso em: 19 jun. 2020.

STOLER, A. L. **Along the archival grain:** epistemic anxieties and colonial common sense. Princeton, NJ, EUA; Oxford, United Kingdom: Princeton University Press, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. **De EFOA a UNIFAL-MG:** Memórias de 100 anos de história. Alfenas: UNIFAL-MG, 2014. Disponível em <http://issuu.com/assessoriacomunicacao/docs/efoa_unifal_livro_centenario_web>. Acesso em: 19 jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. **Resolução nº 040/2007 do Conselho Superior da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG**: aprova o Estatuto da UNIFAL-MG, 2007. Disponível em <https://www.unifal-mg.edu.br/portal/wp-content/uploads/sites/52/2019/01/Res40CS2007.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. **Resolução nº 020/2018 do Conselho Superior da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG**: Aprova o Regimento Interno da Pró-Reitoria de Gestão de PessoasdaUNIFAL-MG e dá outras providências, 2018a. Disponível em <https://www.unifal-mg.edu.br/portal/wp-content/uploads/sites/52/2019/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-20-2018.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. **Portaria nº 926 de 02 de maio de 2018:** institui o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no âmbito da Universidade Federal de Alfenas e regulamenta sua gestão e uso, 2018b. Disponível em <https://www.unifal-mg.edu.br/sei/wp-content/uploads/sites/37/2018/05/Portaria-n%C2%BA-926-2018-UNIFAL-MG-Instituir-o-SEI-na-UNIFAL-MG.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2020.